



Número: **0129924-95.2021.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 23ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/12/2021**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDUARDO SILVA MENDES (AUTOR)		BRUNNA MARQUES PERAZZO SEIXAS (ADVOGADO) LORENA SAMPAIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
94607418	07/12/2021 12:55	Petição Inicial	Petição Inicial
94607429	07/12/2021 12:55	Documentação Jurídica	Documento de Comprovação
94607430	07/12/2021 12:55	DPVAT Online	Documento de Comprovação
94607431	07/12/2021 12:55	RG e CPF + Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
94609641	07/12/2021 12:55	Documentação Médica	Documento de Comprovação
94725526	09/12/2021 13:32	Decisão	Decisão

AO JUÍZO DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

EDUARDO SILVA MENDES, brasileiro, casado, autônomo, portador do RG nº. 8.365.315 SDS/PE, inscrito no CPF sob nº. 095.724.114-38, setorjuridicorecife@gmail.com, residente e domiciliado na Rua Adolfo Moura Poroca, nº 168, COHAB-II, CEP 55643-774, na cidade de Gravatá – PE, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por sua advogada infra-assinada (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT

Com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP – 20031 – 205, e **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, sediada na Avenida Domingos Ferreira, 4060, Sala 05, 06 e 07, Boa Viagem, Recife - PE, CEP 50021-909, pelo que declara e passa a expor:

1. 1. DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, o requerente pleiteia a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, haja vista não possuir condições de arcar com as custas do processo, bem como dos honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família.

Nesse sentido, faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, com fulcro no artigo 98 do Novo Código de Processo Civil. Para tanto, junta aos autos a declaração de pobreza, comprovando o que aqui afirma.

1. 2. DOS FATOS



O Requerente foi vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia **09/12/2019**, atestado pelas informações contidas Boletim de Ocorrência Policial nº. **19E0152005387** registrado na Delegacia de Polícia Civil – 062ª – Circunscrição – Gravatá - PE, (Doc. anexo).

Em virtude desse acidente, o Requerente se encontra com uma debilidade e deformidade permanente, haja vista ter sofrido graves lesões que resultaram em sequelas definitivas no **MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**, impedindo o desempenho de suas funções habitualmente exercidas.

A vítima foi socorrida para o **Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa – HPVP**, onde apresentou **fratura de tíbia e fíbula esquerda**. No entanto, foi transferido para o **Hospital Regional do Agreste HRA** e em seguida transferido para o **Hospital Jesus Pequeno - HJP**, onde foi diagnosticado com **fratura dos ossos da perna esquerda e ferimento extenso em perna esquerda**. Na oportunidade foi realizado **procedimento cirúrgico**, conforme ficha de pronto atendimento, ficha de atendimento de internação, relatório cirúrgico e outros anexos.

Após a constatação da debilidade permanente atestada no laudo pericial, o requerente pleiteou administrativamente perante a requerida, o pagamento do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, que lhe era de direito, recebendo então, em **28/05/2020**, a ínfima quantia **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

Ocorre que, de acordo com a tabela anexa do art. 3º da Lei nº 6.194/1974, com as alterações introduzidas pela lei 11.945/2009, o valor devido é bem superior ao liberado pela seguradora, razão pela qual **o requerente deseja receber o complemento do seguro**, por ser de direito.

1. 3. **DO DIREITO**

3.1. **DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM**

O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT, conhecido popularmente como SEGURO OBRIGATÓRIO, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

No caso em comento, é direito do promovente perceber uma indenização por danos pessoais, ante a sua debilidade permanente decorrente de acidente automobilístico.

Vale a pena destacar, que a legitimidade ativa da autora na presente demanda é cristalina. Neste sentido, dúvidas não há, ante a dicção legal do art. 4º da Lei nº 6.194/74, in verbis:

“A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados”.
(GRIFO NOSSO)

3.2. **DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**



O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, in litteris:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

3.3. DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS:

Sendo o requerente, vítima de acidente de veículo automotor, atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 **(Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não)**; conforme dispõe em seu artigo 5º, eis o inteiro teor:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado **mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguro. (grifo nosso)

Nesse diapasão, é notório o direito inerente o requerente, uma vez que esta sofreu de fato um acidente automobilístico, ficando com sequelas irreversíveis, conforme documentos comprobatórios em anexo, quais sejam, Boletim de Ocorrência com registro do acidente e ficha de esclarecimento com o atendimento no hospital quando do acidente, bem como dos danos causados.

3.4. DO VALOR DA INDENIZAÇÃO:

Comprovado, pois, que o requerente cumpriu com a exigência legal de comprovação do acidente automobilístico suas conseqüentes lesões permanentes, bem como que faz jus ao recebimento do seguro obrigatório, imprescindível analisar então a **proporção da invalidez permanente**, de forma que se possa auferir o montante devido. Sendo assim, o artigo 3º, inciso II e §1º, dispõe



que:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - ...

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - ...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na **tabela anexa** a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

Nesse sentido, já consolidou-se a jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça, quanto a validade da proporcionalidade da indenização, conforme abaixo dispõe:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. INVALIDEZ. CÁLCULO PROPORCIONAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

1- Segundo orientação desta Corte, a complementação de indenização relativa ao seguro obrigatório - DPVAT oriunda de invalidez permanente deverá ser fixada em conformidade com o grau da lesão e a extensão da invalidez do segurado. Precedentes.

2 - Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização da tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes.

3 - Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 20.628/MT, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2011, DJe**24/11/2011**) (grifo nosso)

Portanto, diante das sequelas que o requerente terá que suportar durante toda sua vida, provocadas em consequência do acidente, perfaz, por previsão legal e de acordo com a tabela, o direito a receber **100%** do valor indenizatório máximo que corresponde a **R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, no entanto o autor recebeu apenas a quantia **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, em total desrespeito com a legislação vigente, fazendo jus o Autor ao recebimento da diferença no valor de **R\$ 11.137,50 (onze mil, cento e trinta sete reais e cinquenta centavos)**.



Isto porque, o valor requerido pela demandante resulta da soma das sequelas advindas do referido acidente, o que é legítimo, haja vista a lei 11.945/2009 combinada com a Lei 6194/74 dispuseram no sentido de que a indenização deve ser calculada fazendo o enquadramento na tabela, com base em cada sequela advinda de um mesmo acidente, sendo o montante da indenização o somatório de todas as sequelas resultantes desse mesmo acidente, respeitando, para tanto, o limite legalmente estipulado correspondente à R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Dessa forma, ingressa com a presente ação, a fim de receber o valor que lhe é de direito, o qual corresponde à diferença entre o valor recebido e o valor devido, com base na Lei nº. 6.194/74.

3.5. DA FACULDADE DO AUTOR PARA O FORO COMPETENTE EM AJUIZAR A PRESENTE DEMANDA:

De acordo com a recente decisão do E. STJ no Recurso Especial nº REsp 1357813 / RJ (2012/0262596-6), a parte Autora tem a faculdade de propor ação no foro do seu próprio domicílio, no foro do local do acidente ou, ainda, no foro do domicílio do réu. Assim, vejamos a sua redação:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, **constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio** (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. (REsp 1357813/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/09/2013, DJe 24/09/2013) (grifo nosso).

Portanto, o foro de domicílio do réu é plenamente competente para apreciar e julgar o feito nas ações relativas de cobrança de seguro Dpvt.

3.6. DA AUSÊNCIA DA PERÍCIA MÉDICA

Outro ponto de grande relevância e que a parte requerida normalmente questiona é quanto à suposta exigência da perícia— comprobatória dos danos à vítima — estar acostada junto à inicial para que então seja ingressada a ação de cobrança securitária.

A título de esclarecimento, cumpre ressaltar que, seria extremamente custoso para o autor,



pessoa sem meios de subsistência, produzir tal prova pericial de forma particular. E que, impossível também o é, deixá-la a mercê da falta de disponibilidade de marcação do IML da capital para que enfim, quantifique-se o grau de sua lesão. Objetivo esse, que não encontra em lei, respaldo jurídico.

Tal exigência não se mostra necessária, visto que a Lei 6.194/74 nada dispõe acerca da obrigatoriedade de mensuração da seqüela para se aferir o valor da indenização, de modo que, não pode uma resolução do CNSP (Conselho Nacional de seguros Privados) desvirtuar esta regra, haja vista o princípio da hierarquia dos atos normativos, por meio do qual as resoluções não prevalecem sobre as leis. Confira-se:

Apelação Cível.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS. DPVAT. PRELIMINARES. INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE. CARACTERIZADA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR E CARÊNCIA DE AÇÃO. NÃO CONFIGURADOS. MÉRITO. DISCUSSÃO ACERCA DO GRAU DE INVALIDEZ. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP. INAPLICABILIDADE. FIXAÇÃO EM 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI Nº 6.194/74. POSSIBILIDADE. Recurso não provido.

I - Não ocorrendo o pagamento do total da obrigação referente ao seguro obrigatório, tem o beneficiário a legitimidade de exigir a quantia remanescente.

II - Não fazendo a Lei nº 6.194/74 qualquer limitação acerca do seguro obrigatório em caso de invalidez permanente, não há o que se falar em relação ao grau de invalidez

(...).

(TJPR, AC 416.969-9, Rel. Des. TufiMaron Filho, 9ª CC, j. 28/06/2007) (Grifos nossos).

Por outro lado, já se encontra demonstrada a real situação do autor, haja vista o pagamento da indenização parcial já efetuado pela Seguradora referente à incapacidade que a mesma terá de conviver pelo resto de sua vida, decorrente das lesões que o acometeram.

Todavia, observada ainda a necessidade da produção de perícia médica pelo magistrado, este poderá, senão já não tenha sido requerida pela parte autora, determinar de ofício e a qualquer tempo a produção da prova pericial por perito nomeado, sem prejuízo algum ao desenrolar do processo. Eis os precedentes:

"SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - QUANTIFICAÇÃO DAS LESÕES - PERÍCIA MÉDICA - NECESSIDADE - DETERMINAÇÃO DE OFÍCIO - ANULAÇÃO DA SENTENÇA - RECURSO PROVIDO.

O juiz pode, a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento da parte, determinar a realização de prova pericial.

(Data de publicação: 06/02/2012 Processo: APL 91536320098260286 SP 009153-63.2009.8.26.0286 Relator(a): Renato Sartorelli. Julgamento: 01/02/2012. Órgão Julgador: 26ª Câmara de Direito Privado)(Grifos acrescidos)

Nesse sentido, resta cristalino o direito do requerente, uma vez que foi comprovada a ocorrência do acidente e os consequentes danos geradores da incapacidade permanente, relação esta que já foi reconhecida pela Seguradora através dos mesmos documentos apresentados em juízo a qual efetuou parte do pagamento devido.



1. 4. **DO REQUERIMENTO**

Destarte, ante o exposto, é o presente para **REQUERER** a Vossa Excelência o quanto segue:

- 1) A **PROCEDÊNCIA** da presente, com a condenação da requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no valor de **R\$ 11.137,50 (onze mil, cento e trinta sete reais e cinquenta centavos)**, com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com respaldo na Lei 6.194/74;
- 2) Requer a **NÃO** designação de audiência de conciliação, mediação ou arbitragem.
- 3) Requer, ainda, a condenação da requerida nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios, a serem arbitrados por Vossa Excelência;
- 4) **Por fim, requer os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, consoante Lei 1060/50 e posteriores alterações, por ser o autor pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa.**

Protesta e requer provar o alegado por **todos** os meios de prova em direito admitidos, na amplitude dos artigos 369 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

Requer ainda a Suplicante a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação.

Outrossim, requer sejam todas as intimações publicadas exclusivamente em nome da Procuradora **Brunna Marques Perazzo Seixas OAB/PE nº 27.708, SOB PENA DE NULIDADE, com escritório na Av. Conde da Boa Vista, nº. 50, Boa Vista, Recife - PE.**

Dá-se a esta o valor **R\$ 11.137,50 (onze mil, cento e trinta sete reais e cinquenta centavos).**

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Recife/PE, 07 de dezembro de 2021.

BRUNNA MARQUES PERAZZO SEIXAS

OAB/PE Nº 27.708

LORENA SAMPAIO DA SILVA

OAB/PE Nº 42.960



RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ACOSTADOS À INICIAL:

1. Cópia da RG e CPF do autor da ação;
2. Procuração;
3. Declaração de residência;
4. Declaração de pobreza;
5. Ficha de Pronto Atendimento – HPVP;
6. Ficha de atendimento de internação – HJP;
7. Relatório cirúrgico - HJP;
8. Boletim de Ocorrência;
9. DPVAT – Online.



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Vítima: EDUARDO SILVA MENDES		Estado Civil: CASADO
RG: 8.365.315 SDS/PE	CPF: 095.724.144-38	Datas de nascimento: 17/01/1989
Profissão: AUTÔNOMO		
Endereço – RUA ADOLFO MOURA POROCA, 168		
Bairro: COHAB II		
Cidade: GARVATÁ	CEP: 55.643-774	
Telefone: (81) 99490-8414		
E-mail: setorjuridicorecife@gmail.com		

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS DE RECEBIMENTO DE SEGURO DPVAT, QUE MORO E RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA MENCIONADO.

REITERO QUE É MINHA INTEIRA RESPONSABILIDADE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS

RECIFE, 20 DE SETEMBRO DE 2021.



Outorgante



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Vítima: EDUARDO SILVA MENDES		Estado Civil: CASADO
RG: 8.365.315 SDS/PE	CPF: 095.724.144-38	Datas de nascimento: 17/01/1989
Profissão: AUTÔNOMO		
Endereço – RUA ADOLFO MOURA POROCA, 168		
Bairro: COHAB II		
Cidade: GARVATÁ	CEP: 55.643-774	
Telefone: (81) 99490-8414		
E-mail: setorjuridicorecife@gmail.com		

Fundamento no artigo 1 da Lei n. 7.115/83, **declara** neste ato, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, para todos os efeitos legais, **ser pobre na acepção jurídica do termo**, enquadrando-se na concessão prevista na Lei n. 1060/50 e posteriores alterações, pois a sua “situação econômica” não lhe permite pagar as “custas” do processo e “honorários advocatícios”, **sem prejuízo do sustento próprio ou da família.**

RECIFE, 20 DE SETEMBRO DE 2021.



Outorgante




PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

Vítima: EDUARDO SILVA MENDES		Estado Civil: CASADO
RG: 8.365.315 SDS/PE	CPF: 095.724.144-38	Datas de nascimento: 17/01/1989
Profissão: AUTÔNOMO		
Endereço – RUA ADOLFO MOURA POROCA, 168		
Bairro: COHAB II		
Cidade: GARVATÁ	CEP: 55.643-774	
Telefone: (81) 99490-8414		
E-mail: setorjuridicorecife@gmail.com		

Nomeia e constitui suas bastante procuradoras as Sra. **LORENA SAMPAIO DA SILVA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PE nº 42.960, ou a Sra. **BRUNNA MARQUES PERAZZO SEIXAS**, brasileira, casada, inscrita na OAB/PE nº 27.708, todas com endereço profissional à Av. Conde da Boa Vista, nº. 50, sala 1031, Boa Vista, Recife, onde recebe as comunicações de quaisquer atos processuais, a fim de que possa representar o(a) outorgante perante qualquer Juízo ou Tribunal, sendo-lhe outorgado os poderes de representação constantes nos art.105 do CPC, inclusive os especiais para transigir, desistir, firmar compromisso, substabelecer, desistir, renunciar, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, receber alvará, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, dando tudo por bom e valioso, **com o fim de ajuizar ações relativas ao recebimento de diferença ou da integralidade do Seguro Obrigatório, ação de indenização, ou quaisquer outras que forem necessárias para o fiel desempenho do mandato**. Deixando estipulado nesse documento, contrato de risco com o Outorgante, que em caso de êxito, serão pagos a título de honorários contratuais trinta por cento, do valor recuperado, em favor do Outorgante.

RECIFE, 20 DE SETEMBRO DE 2021.



Outorgante



SINISTRO 3200177015 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA EDUARDO SILVA MENDES

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE

INDENIZAÇÃO GENTE SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO EDUARDO SILVA MENDES

CPF/CNPJ: 09572411438

Posição em 24-08-2020 17:23:17

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
28/05/2020	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.365.315 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/08/2007

NOME << EDUARDO SILVA MENDES >>

FILIAÇÃO << MANOEL AMARO MENDES >>
<< DULCINEIA MARIA DA SILVA >>

NATURALIDADE GRAVATÁ - PE DATA DE NASCIMENTO 17/01/1989

DOC ORIGEM << CN.40522 L.A34 F.034V CART. GRAVATÁ-PE 20.09.1993 >>

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BUIRIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

EDUARDO SILVA MENDES

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Digitalizado com CamScanner





Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número
095.724.114-38

Nome
EDUARDO SILVA MENDES

Nascimento
17/01/1989



572712
0023733/20

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 062ª CIRCUNSCRIÇÃO - GRAVATÁ - DP62ªCIRC
DINTER1/12ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0152005387**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **30/12/2019** às **09:12**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia **9/12/2019** no período da **Manhã**

Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE GRAVATÁ, 1, PRÓXIMO A PRAÇA 10, RUA PEDRO JOAQUIM DE SOUZA** - Bairro: **CENTRO - GRAVATÁ/PERNAMBUCO/BRASIL** - Ponto de Referência: **PRAÇA 10**
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

INEXISTENTE (AUTOR \ AGENTE)
EDUARDO SILVA MENDES (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **EDUARDO SILVA MENDES**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

EDUARDO SILVA MENDES (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **DULCINEIA MARIA DA SILVA** Pai: **MANOEL AMARO MENDES** Data de Nascimento: **17/1/1989** Naturalidade: **GRAVATÁ / PERNAMBUCO / BRASIL**
Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE GRAVATÁ, 166, COABH, RUA ADOLFO MOURA POROCA - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - GRAVATÁ/PERNAMBUCO/BRASIL**

INEXISTENTE - Ramo de Atividade: **NAO INFORMADO**

Nome do Representante: - Cargo do Representante: - Pessoa de Contato no estabelecimento comercial: - Telefone de Contato: -

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA PLACA PGR0312 (VEÍCULO) de propriedade do(a) Sr(a): **EDUARDO SILVA MENDES**, que estava em posse do(a) Sr(a): **EDUARDO SILVA MENDES**
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/BIZ125** Objeto apreendido: **Não**
Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**



Placa: **PGR0312** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)

Descrição: **PROPRIEDADE DA MOTOCICLETA NORDESTE IRMÃOS OLIVEIRA LTDA**

Complemento / Observação

EDUARDO AFIRMA QUE PILOTAVA A MOTOCICLETA DE PLACA PGR0312, DE PROPRIEDADE DA NORDESTE IRMÃOS OLIVEIRA LTDA, QUANDO PERDEU O CONTROLE DA REFERIDA MOTOCICLETA PRÓXIMO A PRAÇA DEZ, VINDO A CAIR AO SOLO, SENDO SOCORRIDO PELO SAMU PARA O HOSPITAL DE GRAVATÁ E EM SEGUIDA FOI TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE, E EM SEGUIDA PARA O HOSPITAL JESUS PEQUENINO ONDE PASSOU POR UM PROCEDIMENTO CIRURGICO NA PERNA ESQUERDA.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

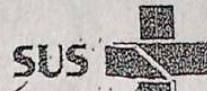
EDUARDO SILVA MENDES
(VITIMA)

B.O. registrado por: **MILKAINE LIMA DA SILVA** - Matrícula: **2730588**





PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DR. PAULO DA VEIGA PESSOA
FICHA DE PRONTO ATENDIMENTO



Manifestação

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

DATA: 09/12/2021
HORA DA CHEGADA AO HOSPITAL:
PACIENTE: *Elaine Esposo*
ENDEREÇO: *Av. ...*
CIDADE: *Gravata*
UF: *PE*
CEP: *55000-000*
NOME: *Elaine Esposo*
CNS: *9490-8414*
TELEFONE: *9490-8414*
COR: Sem informação
SEXO: *M*
IDADE: *30 anos*
Nº: *166*
ACOMPANHANTE: *Elaine Esposo*

HDA

Doença ...
... ..
... ..

EXAME FÍSICO

... ..
... ..

EXAMES SOLICITADOS

URA
(Sua 5833588)

HD

CID

MÉDICO COM CARIMBO E ASSINATURA

PRESCRIÇÃO, PROCEDIMENTOS – EVOLUÇÃO MEDICA E ENFERMAGEM

SINAIS VITAIS

TEMP.		HGT	121	P.A.	130/70
F.C.		F.R.	20		12

1) Diária de 24h (24h) 12/138
 1) U.T. Prof. Cu + 5F 11/14 12/240

12/12/2021
 12/12/2021

HORA:

DATA

ALTA

CURADO ☐

MELHORADO ☐

A PEDIDO ☐

TRANSFERIDO ☐

ADMINISTRATIVO ☐

ÓBITO ☐

MÉDICO RESPONSÁVEL / ASSINATURA / CARIMBO

FATURAMENTO / PROCEDIMENTO SUS

Rua Joaquim Souto Maior, S/N, Nsra. das Graças – Gravata – 55642-250. (81) 3533-0423.





FAMÍLIA MUNICIPAL
RAVATÁ
AGORA EM CRESCIMENTO

HOSPITAL MUNICIPAL DR. PAULO DA VEIGA PESSOA

FICHA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

MÉDICOS

DATA DA SOLICITAÇÃO:

07/12/21

HORA:

10:00

DATA DO ATENDIMENTO NA UNIDADE DE ORIGEM:

Nº CARTÃO SUS:

NOME DO PACIENTE:

ENDEREÇO DO PACIENTE:

TELEFONE:

CIDADE:

DIAGNÓSTICO:

HISTÓRIA REDUZIDA DO PACIENTE:

SINAIS VITAIS:

PRESSÃO ARTERIAL:

130 x 80 mm/Hg

FREQUÊNCIA:

120

R. CARDÍACA:

80

TEMPERATURA:

36,5

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:

ALERTA

VERBAL

SONOLENTO

CONFUSO

SEM RESPOSTA

GLASGOW:

EXAME FÍSICO:

SIM NÃO

(+ + + + +)

SIM NÃO

(+ + + + +)

DESHIDRATADO

CHOCADO

DESNUTRIDO

ICTÉRICO

PATOLOGIAS ASSOCIADAS

DIABETES

HAS

IC

SEQUELA AVC

DPQC

OUTROS

PRESCRIÇÃO REALIZADA

DOSAGEM

MEDICAÇÃO EM USO

DOSAGEM

EXAMES COMPLEMENTARES:

ECG

ALTERAÇÃO

NORMAL

RX TORAX

RX ABDOME

OUTROS

TOMOGRAFIA

LABORATORIAL

HT

LEUCO

OPK

TGO

TGP

AMILASE

URINA

RELACIONAR OUTROS EXAMES REALIZADOS

HOSPITAL

DE DESTINO:

H A A S 4 33 588

MÉDICO RESPONSÁVEL:

SENHA CENTRAL

SENHA SAMU



NOME: EDUARDO SILVA MENDES

REG. 129074

DIAGNÓSTICO: FRATURA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA

TRATAMENTO: FIXAÇÃO COM HÍM

DATA DA CIRURGIA: 12/12/2019

ALTA: 13/12/2019

DATA DA VOLTA: 26/12/2019

10:00H

OBS: NÃO PISAR

Dr. Roberto Evangelista
CRM-PE 3.76

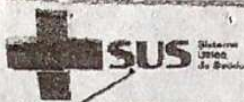
2ª REVISÃO

3ª REVISÃO

4ª REVISÃO

5ª REVISÃO





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do Estabelecimento Solicitante
HOSPITAL JESUS PEQUENINO

2 - CNES
2344254

3 - Nome do Estabelecimento Executante
HOSPITAL JESUS PEQUENINO

4 - CNES
2344254

Identificação do Paciente

5 - Nome do Paciente
EDUARDO SILVA MENDES

6 - Número do Prontuário
129074

7 - Cartão Nacional de Saúde (CNS)
700406442089542

8 - Data Nascimento
17/01/1989

9 - Sexo
MASCULINO ☒

10 - Raça/Cor

10.1 - Etnia

11 - Nome da Mãe
DULCINEIA MARIA DA SILVA

12 - Telefone de Contato
81.994908411

13 - Nome Responsável

14 - Telefone de Contato

15 - Endereço (Logradouro, nº, complemento, bairro)
RUA ADOLFO MOURA POROCA, 166 () - COHAB 2

16 - Município de residência
GRAVATA

17 - Cod. IBGE município
2606408

18 - UF
PE

19 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos

Rebras. Hto Enxerga o Alto

21 - Condições que justificam a internação

necc. d Enxerga

22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultados de exames realizados)

RX

23 - Diagnóstico inicial

Ex Ocul do lomo Eto S822

24 - CID 10 Principais

25 - CID 10 Sec.

26 - CID 10 Causa associada

04.08.06.010-0

PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - Descrição do Procedimento Solicitado

Internamento

28 - Código do procedimento

04.08.05.050-0

29 - Clínica

Ortop

30 - Caráter de Internação

31 - Documento

() CNS (X) CPF

32 - Nr. Doc. (CNS/CPF) do Profissional solicitante

07275787112

33 - Nome do Profissional Solicitante

Hugo M. Avelar

34 - Data da solicitação

09/12/19

35 - Assinatura e carimbo (nr. do registro do conselho)

Hugo M. Avelar

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - () Acidente de Trânsito

39 - CNPJ da Seguradora

40 - Nr. do Bilhete

41 - Série

37 - () Acidente de Trabalho típico

42 - CNPJ da Empresa

43 - CNA da Empresa

38 - () Acidente de Trabalho trajeto

45 - Vínculo com a Previdência

() Empregado

() Empregador

() Autônomo

() Desempregado

() Aposentado

() Não segurado

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador

47 - Cód. Órgão Emissor

52 - Nr. Autorização de internação hospitalar

48 - Documento

() CNS () CPF

49 - N. Documento (CNS/CNPJ) Profissional Autorizador

50 - Data da Autorização

51 - Assinatura e Carimbo (N. do Registro de Conselho)

Prefeitura de Bezerros
Secretaria de Saúde
NUMERAÇÃO AIH NORMAL
262010533459-4

HOSPITAL JESUS PEQUENINO
FICHA DE ATENDIMENTO DE INTERNAÇÃO

Acomodação: ENFER_05 - LEITO-05
Enfermaria: ENFERMARIA ORTOPEDICA

Atendimento: 570597 Data: 09/12/2019 Hora: 21:45
Convênio: SES - ORTOPEDIA
Responsável:
Médico: DR. HUGO MORAES AVELAR

Recepç.: NAYALLI DEBORA
Matrícula: 700406442089542
Identidade:
Cartão SUS: 700406442089542

Paciente: 129074 EDUARDO SILVA MENDES
Nascimento: 17/01/1989 - 30 Anos e 10 Meses
Endereço: RUA ADOLFO MOURA POROCA, 166
Bairro: COHAB 2
IBGE/Cidade: 2608408 GRAVATA
Pai: MANOEL AMARO MENDES
Mãe: DULCINEIA MARIA DA SILVA
Nacionalidade: BRASIL

CEP:
UF: PE

Sexo: MASCULINO Cor:
Est. Civil:
C.P.F. 09572411438
Identidade: 8365315 SDS PE
Telefone: 81.994908411
G.Instrução:
Ocupação:
Naturalidade:

Obs.: SENHA ORTOP 652349

Queixa do Paciente:

Pct Adm. do p1 Realiza
Tto Cirurgica Ortopedica
p1 de Alter do Baixo

H.D.A.:

Exame Físico:

H.D.:

de Alter do Baixo

Tratamento:

Cirurgia

Conferido Com Documento
Original Bezerras P. 05/08/2020
Hospital Jesus Pequeno
Nayalli Debora
Assistente Social
CRESS/PE Nº 4.671

Bezerras, 09 de dezembro de 2019

Hugo M. Avelar
Médico
CREMEPE - 23588

Assinatura e Carimbo do Médico

Digitalizado com CamScanner



RELATÓRIO CIRÚRGICO

NOME DO PACIENTE EDUARDO SILVA MENDES CLÍNICA ORTOPÉDICA	NÚMERO DO REGISTRO 129074
CIRURGIÃO RONALDO EVANGELISTA	ANESTESISTA DRA. LUCIA
ANESTESIA RAQUI	
DATA DA OPERAÇÃO 12/12/2019	
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO FRATURA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA + FERIMENTO EM PERNA ESQUERDA	
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO FRATURA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA + FERIMENTO EM PERNA ESQUERDA	
OPERAÇÃO PROPOSTA TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA + DEBRIDAMENTO DE FERIMENTO EM PERNA DIREITA + OSTEOTOMIA DA TIBIA PROXIMAL + REPARO DO TENDÃO PATELAR	
OPERAÇÃO REALIZADA A PROPOSTA	

DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO

1. PACIENTE EM DECUBITO DORSAL
2. ISQUEMIA PREVIA COM FAIXA DE ESMARCH
3. ASSEPSIA E ANTISSEPSIA DO CAMPO OPERATÓRIO
4. DEBRIDAMENTO DE FERIMENTO EM PERNA ESQUERDA
5. INCISÃO NA FACE ANTERIOR DO JOELHO ESQUERDO
6. INTRODUÇÃO DE INICIADOR PELA TIBIA PROXIMAL
7. OSTEOTOMIA DA TIBIA PROXIMAL
8. REDUÇÃO DA FRATURA + INTRODUÇÃO DE FIO GUIA
9. APOSIÇÃO DE HÍM + COLOCAÇÃO DE PARAFUSOS DE BLOQUEIO + PARAFUSO TENDÃO
10. OBSERVADA BOA REDUÇÃO E FIXAÇÃO SOB FLUOROSCOPIA
11. FECHAMENTO POR PLANOS
12. CURATIVO
13. RETIRADA DA FAIXA DE ESMARCH

Conferido Com Documento
Original Bezerros PE
Hospital Jesus Pequeno

Dr. Ronaldo Evangelista
Ortopedista
CRM 129074

12/12/2019

Ana Amorim
Assistente Social
CRESS/PE Nº 4.471



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 23ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810218

Processo nº **0129924-95.2021.8.17.2001**

AUTOR: EDUARDO SILVA MENDES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, MAPFRE VERA
CRUZ SEGURADORA S/A

DECISÃO

Vistos, etc.

Nas inúmeras demandas que anualmente são distribuídas a este Juízo, as quais manifestam a pretensão de cobrança de valor referente à complementação do seguro obrigatório (DPVAT), invariavelmente restam infrutíferas as tentativas de conciliação, uma vez que, segundo informam as seguradoras rés que compõem o pool gestor dessa modalidade de seguro, por orientação da FENASEG, não lhes é dado conciliar, mormente porque necessária a realização de perícia médica para se verificar o tipo de lesão e o seu respectivo grau. Desta forma, nenhum sentido faz a designação de audiência de conciliação ou de mediação, configurando, neste caso, uma estéril reverência a injustificado formalismo procedimental.

Face ao exposto, deixo de designar a audiência inicial de conciliação do art. 334 do Código de Processo Civil de 2015.

Ademais, observa-se, diante da nova sistemática do atual CPC/2015, principalmente, ao se fazer uma interpretação integrativa do artigo 191, a possibilidade de adaptação do procedimento, sendo possível que o juiz adote, por iniciativa própria ou mediante oitiva ou anuência das partes, procedimento mais adequado à solução do conflito levado à apreciação do Judiciário.

Ante o exposto, fixo os atos processuais, a serem cumpridos, na seguinte sequência:

Defiro os benefícios da justiça gratuita nos termos do artigo 98 e seguintes do NCPG.
Proceda a Diretoria Cível do PJe com as anotações necessárias.



CITE-SE a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar contestação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (NCPC, art. 344);

INTIME-SE a parte ré para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) referente aos honorários periciais, perante a Caixa Econômica Federal, conforme ajustado no Ofício 005/2015.

Havendo contestação, fica a parte autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar réplica.

Determino a realização de perícia necessária à quantificação e identificação da lesão sofrida pela parte autora. Logo, nomeio como médico perito o Dr. George Antônio Celestino de Alencar (inscrito no CRM-PE 17.260), que servirá escrupulosamente o encargo, independentemente de compromisso (art. 466 do NCPC). Deverá o perito informar se houver alguma circunstância que impeça a elaboração do laudo, especialmente no caso de ausência da parte demandante ao local de realização da perícia.

Intimem-se as partes para, em quinze dias, indicar assistentes técnicos e formular quesitos (arts. 465, § 1º, II e III, do NCPC).

Designo, desde já, o dia 04/04/2022, às 15:00 horas, para realização da perícia médica necessária à quantificação e identificação da lesão sofrida pela parte autora e apresentação do laudo, a realizar-se na Ortoclínica Boa Viagem, Avenida Visconde de Jequitinhonha, n. 1144, Sala 402, Recife-PE, CEP 51.030-020, Telefones (81) 3076-9245, 2129-1403 e 2129-1402, responsabilizando-se cada parte, por trazer seu assistente técnico, independentemente de intimação.

Após a juntada do laudo pericial nos autos e, no caso da perícia ter sido realizada, determino que seja expedido, de imediato, alvará em nome do médico George Antônio Celestino de Alencar, CRM-PE 17.260, na importância de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser levantado de acordo com o depósito judicial efetivado pela parte ré

Com a juntada do laudo, ficam as partes, desde já, intimadas para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o exame.

INTIME-SE A PARTE AUTORA pelos correios, através de carta com aviso de recebimento. Caso a parte autora resida em zona rural, expeça-se carta precatória requerendo a intimação através de oficial de justiça.

Intime-se o perito nomeado através do Sistema PJE, caso se trate de processo eletrônico, ou através do e-mail georgealencar00@yahoo.com.br, no caso de processo físico, devendo o perito confirmar o recebimento.

Após, voltem-me os autos conclusos para sentença.

Cópia do presente, poderá servir como mandado ou carta, se necessário, nos termos da



Recomendação nº 03/2016-CM/TJPE.

P. I. C.

Recife, data e assinatura digitais.

ebmj

